

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADO E INICIATIVAS PRIVATISTAS NAS REDES MUNICIPAIS DE ENSINO DA PARAÍBA¹

Luciana Leandro da Silva, PPGEd/UFCG luciana.leandro@professor.ufcg.edu.br

Jamiles Santos de Lima, Pibic/Pedagogia/UFCG jamiles.santos@estudante.ufcg.edu.br

Aparecida Carneiro Pires, UAEd/UFCG aparecida.carneiro@professor.ufcg.edu.br

Introdução

O trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa, cujo objetivo geral foi mapear as parcerias público-privado e iniciativas de cunho privatista existentes nas redes municipais de ensino do estado da Paraíba e seus principais agentes, prioridades e áreas envolvidas.

A metodologia da pesquisa, de natureza quali-quantitativa, contou com revisão sistemática da literatura sobre o tema, bem como com a elaboração de um questionário *online* que foi aplicado entre os meses de agosto e setembro de 2024 com o apoio da UNDIME-PB. O instrumento foi enviado por e-mail para as secretarias municipais de educação dos 223 municípios paraibanos e recebemos cerca de 70 respostas, o que corresponde a 31% dos municípios.

Para a categorização das parcerias público-privadas, decidiu-se utilizar as dimensões elencadas por Adrião (2018), quais sejam: privatização da gestão, privatização da oferta e privatização do currículo. O presente trabalho está organizado em três partes, além desta introdução: inicialmente, apresenta-se o desenvolvimento da pesquisa, seguido dos resultados que focam na análise das respostas da Secretarias Municipais de Educação e, por fim, as considerações finais.

Desenvolvimento

¹ A pesquisa contou com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq) e integra um projeto mais amplo que analisa o processo de reforma da gestão das redes municipais de ensino paraibanos no que se refere às políticas de avaliação externa em larga escala e às parcerias entre o setor público e o setor privado e seus desdobramentos na (re)configuração dos parâmetros da qualidade da educação.

O desenvolvimento da pesquisa foi organizado em quatro momentos:

- elaboração da fundamentação teórica acerca dos processos de privatização da educação pública no Brasil e no mundo;
- revisão sistemática da produção acadêmica acerca dos processos de privatização nas redes públicas municipais de ensino paraibanas. A busca foi feita no Portal de Teses e Dissertações da Capes, focamos em teses e dissertações produzidas no estado da Paraíba entre 2015 e 2023;
- levantamento das iniciativas de privatização da educação municipal paraibana por meio de buscas feitas nos sites da UNDIME-PB e dos institutos e fundações apontados como parceiros;
- mapeamento dos principais agentes do setor privado, prioridades e áreas envolvidas, por meio do questionário eletrônico.

Resultados

A partir da revisão sistemática observou-se que muitos dos trabalhos citam a crescente influência e atuação do setor privado na educação básica pública, principalmente da Fundação Lemann e Instituto Natura e que há uma mistificação do setor privado como “aquele que tudo sabe” o “salvador” e que a sua crescente participação por meio desses institutos constituem estratégias de fortalecimento e ampliação da política gerencialista e de regulação da educação.

De acordo com o levantamento das iniciativas de privatização nos municípios paraibanos, a Fundação Lemann e o Instituto Natura são as parcerias institucionais que aparecem no site da UNDIME-PB.

Destaca-se também a atuação do Instituto Alparbatas (IA) que está presente em treze municípios da Paraíba e tem atuado desde 2003 por meio de dois programas: Educação pelo Esporte e Educação pela Cultura. O IA fornece material didático, formação para os profissionais de educação, e proposta de reestruturação dos espaços e do currículo das escolas, conduzindo uma política de premiação voltada para estudantes, professores e gestores, denominadas de Aluno Nota 10, Professor Nota 10 e Gestão Nota 10.

Mais recentemente, verificou-se forte presença da Fundação Lemann e do Instituto Natura, os que atuam em três frentes: universalização da educação;

aprendizagem adequada; e tecnologia e inovação. Com relação à primeira, há duas iniciativas voltadas principalmente para a educação pública municipal: a Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (Parc) e o Programa Educar pra Valer (EpV), ambas cofinanciadas pela Fundação Lemann e o Instituto Natura e geridas pela Associação Bem Comum. Tais programas fornecem materiais estruturados e prontos para aplicação, oferecem formação continuada aos profissionais da educação, além de incentivar políticas de bonificação e enfatizar uma lógica de competição induzida pela recompensa, com foco nos resultados do Ideb.

Por meio do questionário, perguntamos às secretarias municipais de educação se estas firmavam convênios ou contratavam universidades, empresas e/ou institutos/fundações privadas para desenvolver ações pedagógicas no âmbito da Educação Infantil. A questão apresentava oito opções, além da opção “outros”, sendo possível selecionar mais de uma opção. Dos 70 respondentes, a maioria (60%) respondeu afirmativamente, sendo as respostas distribuídas da seguinte maneira:

Gráfico 1 - Convênios ou contratos das Secretarias Municipais de Educação dos municípios paraibanos relacionados à oferta de Educação Infantil



Fonte: Elaboração própria a partir das respostas do questionário aplicado.

Nota-se que a formação continuada de professores e gestores são as atividades mais apontadas, seguidas de realização de assessoria e acompanhamento das equipes pedagógicas, atividades que podemos considerar como pertencentes à dimensão de privatização do *currículo*. Foi perguntado também com quais instituições/organizações ocorriam esses convênios: das 36 respostas, os convênios com universidades públicas

(UFCEG, UEPB, UFPB e UFPE) estão presentes em 13 municípios, enquanto 20 secretarias municipais afirmam realizar convênios com empresas, institutos e fundações. As mesmas perguntas foram feitas em relação à oferta do ensino fundamental e as respostas foram semelhantes.

A presença das universidades nesses convênios é algo a ser destacado, no entanto, observa-se que seu raio de alcance não é tão grande quanto o das empresas e fundações. Assim como foi mencionado anteriormente, existe um discurso ideológico de superioridade do âmbito privado com relação ao público.

Em relação a contratação de empresa, fundação/instituto privado, ou outro, para prestar serviço(s) relacionado(s) à organização e gestão da Rede Municipal de Ensino, 15 municípios responderam que havia esse tipo de contratação. Desses que responderam “sim”, as atividades desenvolvidas são (considerando que poderiam assinalar mais de uma opção, inclusive, a opção outros):

Gráfico 2 - Contratação de fundação/instituto privado para prestação de serviços relacionados à gestão das Redes Municipais de Ensino



Fonte: Elaboração própria a partir das respostas do questionário aplicado.

Nota-se que, mesmo que muitas dessas atividades sejam consideradas por Adrião (2018) como parte da dimensão de privatização curricular, considera-se que muitas delas

vão além do currículo e acabam por delinear ações em que as empresas/fundações possam estar assumindo atividades que seriam próprias da gestão pública, como como realização de processos seletivos, concursos e, até mesmo, atividades direcionadas à avaliação institucional das secretarias de educação. Assim, considera-se que estamos diante de uma privatização que abrange, ao mesmo tempo, as dimensões do *currículo* e da *gestão* nesses municípios.

As empresas/fundações/institutos privados apontadas por estes 15 municípios para prestar serviço(s) relacionado(s) à organização e gestão da Rede Municipal de Ensino foram as seguintes: Foco Consultoria, Editora Dinâmica, Cecampe, Prest Contas, Siasp; Funcern, Agir Assessoria, Sisaedu, A. A. Consultoria e Sistema Escolar, Aprender Editora, Escritório Martins e iEscolar Online.

Considerações Finais

O mapeamento realizado revela que as principais dimensões privatizadas na educação municipal paraibana são as do currículo e da gestão escolar, visto que há atividades em que as responsabilidades das secretarias municipais foram terceirizadas. Em relação aos principais atores, mapeamos a Fundação Lemann e o Instituto Natura, os quais também foram identificados no levantamento de teses e dissertações, assim como a Associação Bem comum e o Instituto Alpargatas.

Há também secretarias que apontam convênios e parcerias com universidades e instituições públicas, o que ocorre em um número menor de municípios, mas que precisa ser levado em consideração, posto que estas têm exercido um importante papel formativo no estado da Paraíba, mesmo com todo processo de sucateamento e de restrições orçamentárias impostas a essas instituições nos últimos anos.

Com base nesses resultados, compreende-se que está em curso um processo de disputa e, ao mesmo tempo, de conciliação entre os interesses públicos e privados que vêm se articulando no sentido de influenciar mais diretamente o currículo e a gestão da educação pública municipal.

Considera-se fundamental a realização de outras pesquisas que possam aprofundar na análise das ações e iniciativas desenvolvidas por cada uma das empresas/fundações e organizações do setor privado apontadas pelos municípios paraibanos, bem como para

compreender o motivo para a contratação e escolha desses agentes e não de instituições de caráter público.

Referências

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, p. 8-28, 2018. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf>.